# Caminhos da pontuação: entenda as orações adjetivas

## AULA 3 – Quem restringe quando deveria virgular acaba tendo de se explicar!

Um olá para você, que já identifica rapidamente uma oração adjetiva!

Na aula anterior, você começou a se familiarizar com a estrutura da oração adjetiva. Certamente já entendeu, por exemplo, que a oração acima destacada é um caso desses, não é mesmo? Claro que sim!

Pois agora vamos retomar aquele detalhe que ficou faltando abordar: a distinção entre as orações explicativas e as restritivas. Vamos lá!

## 3.1 Distinção semântica e aplicação da vírgula

Você já reparou como hoje em dia todo mundo tem uma opinião sobre tudo? E já percebeu que, em geral, todas elas estão no Facebook? Pois é, nunca se usou tanto a língua escrita como nas últimas duas décadas. Cada vez mais os textos têm substituído a oralidade e absorvido muito de suas características. Independentemente da opinião que se tenha a respeito, é fato que, apesar dessa aproximação entre linguagem escrita e oral, nunca haverá uma fusão total, pois a primeira possui limitações que a segunda não possui.

Quando você se comunica com alguém por meio da fala, não é apenas o conjunto de vocábulos que o outro está percebendo, mas também sua entonação e seus gestos. Já na escrita, mesmo com os *emoticons*, os recursos que tentam representar uma entonação, por exemplo, são muito limitados, por isso é tão frequente as pessoas interpretarem uma brincadeira como uma crítica ou um pedido como uma ordem. Dominar os recursos que a escrita oferece para facilitar a compreensão da mensagem não é, portanto, uma “nerdice”, como muitos costumam pejorativamente classificar, mas uma obrigação; pois, quando alguém se dá ao trabalho de digitar algum texto, presume-se que seja com a intenção de fazê-lo ser lido por outra pessoa e, sendo assim, compreendido adequadamente.

Agora veja um exemplo: você está estudando sobre o [*apartheid*](http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/foi-apartheid-africa-sul-533369.shtml) e, empolgado com a vida de Mandela, posta a seguinte mensagem:

Os negros que são tão civilizados quanto os brancos têm direito à liberdade.

Não adianta colocar 100% NEGRO no *post*, você será massacrado em segundos. “Descurtir” é o de menos. Uma onda de xingamentos, acusações e panelaços virtuais invadirão sua conta. E você, sem entender nada, vai se perguntar o que fez de errado, afinal você não é racista, pelo contrário. A revolta dos leitores é mais do que compreensível; mesmo assim, por mim você não será acusado de racista, mas de desconhecedor da língua escrita. Como sei que a sua intenção era afirmar que todos os negros e todos os brancos são igualmente civilizados e, portanto, possuem iguais direitos à liberdade, sugerirei que você reescreva sua mensagem usando um risquinho aparentemente insignificante, mas que, neste momento, salvará seu pescoço – afinal, racismo é crime inafiançável. Leia em voz alta a frase anterior. Agora leia a seguinte dando a entonação de acordo com as vírgulas:

Os negros, que são tão civilizados quanto os brancos, têm direito à liberdade.

Percebeu a diferença? Quando você dá a entonação correta com a vírgula, você muda completamente o sentido da frase, e esta deixa de ser racista, porque passa a afirmar que todos os negros são civilizados e que todos têm direito à liberdade.

Como você é um revolucionário, e talvez autodestrutivo, resolve postar outra pérola:

As mulheres que possuem a mesma capacidade intelectiva dos homens são excelentes gestoras.

Agora que você escapou de ser preso, consegue se salvar de ser trucidado? Use as armas que você tem para se defender. COLOQUE as vírgulas!

Enfim, o que vale perceber é que a presença da vírgula não é uma simples escolha determinada por estilo ou respiração, como alguns imaginam; ela é sintática e semântica.

No caso das orações adjetivas, a distinção entre elas é semântica e ela é marcada pela vírgula. Sendo assim, pontuar inadequadamente muda o sentido da mensagem. Vamos ver mais exemplos:

“É constitucional o art. 46 da Lei n. 8.443/1992, que institui sanção de inidoneidade a particulares por fraudes à licitação, aplicável pelo TCU.” (MS 30.788/MG)

Siga as etapas para sua vida fluir melhor:

1º Sublinhar os verbos:

“É constitucional o art. 46 da Lei n. 8.443/1992, que institui sanção de inidoneidade a particulares por fraudes à licitação, aplicável pelo TCU.” (MS 30.788/MG)

2º Destacar a oração adjetiva, lembrando-se dos pronomes relativos:

Pronome relativo

“É constitucional o art. 46 da Lei n. 8.443/1992, **que institui sanção de inidoneidade a particulares por fraudes à licitação**, aplicável pelo TCU.” (MS 30.788/MG)

3º Transformar a oração adjetiva em pergunta:

O que institui sanção de inidoneidade a particulares por fraudes à licitação?

4º Responder a pergunta:

O art. 46 da Lei n. 8.443/1992.

5º Perceber que a oração adjetiva está se referindo ao termo encontrado na etapa anterior.

6º Analisar se o termo ao qual a oração adjetiva se refere está sendo apenas explicado por esta ou restringido:

Existe apenas um art. 46 da Lei 8.443/1992; não existe um que institui sanção de inidoneidade e outro que institui outra coisa. Logo, a oração adjetiva está apenas explicando que o art. 46 da Lei 8.443/1992 institui a sanção de inidoneidade a particulares por fraudes à licitação. Se a oração adjetiva é explicativa, TEM de ser marcada com vírgula.

Vamos a outro caso:

“É legítima a lei local que faça incidir o imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico do contribuinte.” (Súmula 90)

Repetindo os mesmos passos, temos:

1º Marcar os verbos:

“É legítima a lei local que faça incidir o imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico do contribuinte.” (Súmula 90)

2º Destacar a oração adjetiva, lembrando-se dos pronomes relativos:

Pronome relativo

“É legítima a lei local que faça incidir o imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico do contribuinte.” (Súmula 90)

3º Transformar a oração adjetiva em pergunta:

O que faz incidir o imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico do contribuinte?

4º Responder a pergunta:

Lei local.

5º Perceber que a oração adjetiva está se referindo ao termo encontrado na etapa anterior.

6º Analisar se o termo ao qual a oração adjetiva se refere está sendo apenas explicado por esta ou restringido:

O termo é “lei local”, certo? Existem várias leis locais, não é mesmo? Mas a súmula não está se referindo a todo tipo de lei local, apenas àquela que “faz incidir o imposto de indústrias e profissões com base no movimento econômico do contribuinte”. Logo, a oração adjetiva está restringindo o termo “lei local” para apenas um tipo. Esse tipo específico de lei local é legítimo.

Veja um último exemplo bem interessante e clarificador dessa diferenciação entre as relativas. Em matéria publicada no [site da Veja](http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/impeachment/subprocurador-que-apoiou-dilma-pede-afastamento-do-stj/) em 23-3-2016, há a seguinte manchete:

“Subprocurador que apoiou Dilma pede afastamento de Turma do STJ”

Logo depois, a nota jornalística começa com o período a seguir:

“O subprocurador da República João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello Filho, que bateu boca com o presidente da 3ª Turma do STJ, (...) pediu (...).”

Você é capaz de explicar por que na manchete a oração adjetiva está sem vírgula e na primeira frase da matéria está com vírgula?

Siga os quatro primeiros passos para interpretar cada período e responda:

MANCHETE

1º Marcar os verbos:

“Subprocurador que apoiou Dilma pede afastamento de Turma do STJ.”

2º Destacar a oração adjetiva, lembrando-se dos pronomes relativos:

“Subprocurador que apoiou Dilma pede afastamento de Turma do STJ.”

3º Transformar a oração adjetiva em pergunta:

Quem apoiou Dilma?

4º Responder a pergunta:

Subprocurador

NOTA

1º Marcar os verbos:

“O subprocurador da República João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello Filho, que bateu boca com o presidente da 3ª Turma do STJ, (...) pediu (...).”

2º Destacar a oração adjetiva, lembrando-se dos pronomes relativos:

“O subprocurador da República João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello Filho, que bateu boca com o presidente da 3ª Turma do STJ, (...) pediu (...).”

3º Transformar a oração adjetiva em pergunta:

Quem bateu boca com o presidente da 3ª Turma do STJ?

4º Responder a pergunta:

O subprocurador da República João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello Filho

Note que a etapa quatro obteve como resposta o termo “Subprocurador” e que esse termo está sendo usado de forma genérica na manchete, um subprocurador entre vários que existem. O recurso utilizado pelo autor do texto para restringir esse termo genérico e demonstrar a qual subprocurador a manchete se refere é a própria oração adjetiva. Logo, não foi qualquer subprocurador que pediu afastamento, foi um que apoiou Dilma. O grupo de subprocuradores foi restringido, então, e você já sabe que o texto vai se referir a um que apoiava o governo. Por esse motivo, a oração adjetiva não está entre vírgulas.

Agora olhe para a outra frase. A resposta obtida no passo quatro é “O subprocurador da República João Pedro de Sabóia Bandeira de Mello Filho”. O autor da reportagem deu o nome completo do subprocurador. O termo está mais do que restrito, não é mesmo? Então, a oração adjetiva não está restringindo o termo anterior, mas apenas explicando esse termo. A oração oferece uma informação a mais: o subprocurador João Pedro bateu boca com o presidente da Turma. Trata-se de uma oração adjetiva explicativa, e por isso aparece entre vírgulas.

Por isso também o artigo definido só aparece na segunda frase, já que na primeira o termo “subprocurador” é usado de forma genérica.

Agora é a sua hora de tentar:

Analise as seguintes orações adjetivas de acordo com os seis passos que indicamos nas explicações e responda por que o uso da vírgula está adequado:

1. “Denúncias genéricas, que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito.” (HC 89.310, rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes)
2. “Os membros do MPU, que atuam perante quaisquer tribunais judiciários, estão sujeitos à jurisdição penal originária do STJ (...).” (HC 73.801, rel. min. Celso de Mello)
3. “Na situação em análise, em que o paciente (...) ostenta circunstâncias subjetivas favoráveis, o regime prisional (...) deve ser o semiaberto.” (HC 111.840, rel. min. Dias Toffoli)

DESAFIO MEGA-POWER!

1. “A lógica da Súmula vinculante 9, que impõe a perda de dias remidos ao apenado que comete falta grave, é aplicável também aos casos em que a sanção é mais branda (...).” (HC 100.729, rel. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 16-3-2010, Primeira Turma, *DJE* de 23-4-2010.)

Resposta:

1. Passo 1: “Denúncias genéricas, que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito.”

Passo 2: **que** não descrevem os fatos na sua devida conformação

Passo 3: O que não descreve os fator na sua devida conformação?

Passo 4: Denúncias genéricas.

Passo 5: A oração adjetiva qualifica o termo “Denúncias Genéricas”

Passo 6: A oração está entre vírgulas, pois apenas explica o termo ao qual se refere. Toda denúncia genérica não é minunciosa na descrição do fato particular.

1. Passo 1: Os membros do MPU, que atuam perante quaisquer tribunais judiciários, estão sujeitos à jurisdição penal originária do STJ (...).

Passo 2: **que** atuam perante quaisquer tribunais judiciários

Passo 3: Quem atua peranto quaisquer tribunais judiciários?

Passo 4: Os membros do TCU

Passo 5: A oração adjetiva qualifica o termo “membros do TCU”

Passo 6: A oração adjetiva está entre vírgulas porque todo membro do TCU atua perante qualquer tribunal judiciário.

1. Passo 1: Na situação em análise, em que o paciente (...) ontenta circustâncias subjetivas favoráveis, o regime prisional (...) deve ser o semiaberto.

Passo 2: **em que** o paciente (...) ontenta circustâncias subjetivas favoráveis

Passo 3: O paciente ostenta circunstâncias subjetivas favoráveis em quê?

Passo 4: Na situação em análise.

Passo 5: A oração adjetiva qualifica o termo “situação em análise”.

Passo 6: A oração está entre vírgulas porque a situação analisada é uma só, portanto não pode ser restringida, apenas explicada.

1. Passo 1: A lógica da Súmula vinculante 9, que impõe a perda de dias remidos ao apenado que comete falta grave, é aplicável também aos casos em que a sanção é mais branda (...).

Passo 2: **que** impõe a perda de dias remidos ao apenado

**que** comete falta grave

**em que** a sanção é mais branda (...)

Passo 3: O que impõe a perda de dias remidos ao apenado?

Quem comete falta grave?

A sanção é mais branda no quê?

Passo 4: A lógica da Súmula Vinculante 9.

Apenados.

Casos.

Passo 5: A primeira oração adjetiva qualifica o termo “lógica da Súmula Vinculante 9”

A segunda oração adjetiva qualifica o termo “apenados”.

A terceira oração adjetiva qualifica o termo “casos”

Passo 6: A primeira oração adjetiva está entre vírgulas porque só existe uma Súmula Vinculante 9, portanto o termo só pode ser explicado, não restringido mais.

A segunda oração adjetiva não está entre vírgulas porque existe mais de um tipo de apenado. A oração está restringido o termo e se referindo apenas aos que cometem falta grave.

A terceira oração adjetiva também está sem vírgulas porque existem vários tipos de caso. Ela restringe o termo, referindo-se apenas aos casos em que a sanção é mais branda.

## 3.2 Adequação do uso da vírgula à mensagem

Em ambos os casos descritos acima, ainda que o redator tivesse falhado na aplicação da vírgula, por serem situações óbvias, o leitor não teria dificuldades em interpretar adequadamente o texto. Entretanto, veja o exemplo a seguir:

Vamos supor que uma pessoa com quem eu converse pelo *whatsapp*, mas com quem eu não tenha muita intimidade, escreva o seguinte comentário:

– Soube que você vai ao Rio... ☺

– É. Vou passar o Natal com meu irmão, que mora lá. ☺

Será que por essa mensagem você consegue deduzir quantos irmãos homens eu tenho? Claro que sim!!! Como?! Ora, pelo uso da vírgula! Usei vírgula para separar a oração adjetiva – “que mora no Rio” – do termo ao qual essa oração se refere – “irmão”. Isso que dizer que apenas estou explicando o termo irmão, não estou restringindo. Sendo assim, não existem vários irmãos, vou passar o Natal com aquele único irmão que mora no Rio! :-o

Se eu tivesse respondido sem vírgula, muita coisa iria mudar, inclusive a taxa de natalidade na minha família:

– Soube que você vai ao Rio... ☺

– É. Vou passar o Natal com meu irmão que mora lá. ☺

Estou dizendo que vou passar o Natal com o meu irmão que mora no Rio; logo, você conclui que tenho um irmão que mora no Rio e outro que mora em outro lugar. A oração adjetiva está restringindo o termo “irmão”. Não vou passar o Natal com qualquer dos irmãos, vou passar com aquele que mora no Rio. Deu para entender?

A diferença da mensagem é percebida na entonação quando você lê as duas formas de escrita, com e sem vírgula. Tente perceber por você.

Apesar de você achar que isso não tem importância no *whatsapp* porque lá a gente economiza caracteres, atente para construções desse tipo e veja se há problema na comunicação quando a vírgula for usada de forma inadequada em suas próximas conversas. ☺

No fórum, vamos nos divertir mais com exemplos desse tipo, certo?

É exatamente nessas situações em que o leitor precisa acreditar na clareza da informação fornecida pelo autor que surge o problema. Se o autor não souber a diferença semântica entre orações adjetivas explicativas e restritivas, correrá um grande risco de passar informação errada ao leitor. Considere a frase abaixo:

O deputado é autor de um projeto de lei que regulamenta a profissão de revisor de texto.

Veja se você consegue perceber os dois sentidos diferentes com o uso ou não da vírgula.

Para visualizarmos melhor, imagine que há um grupo chamado “projeto de lei”. Esse grupo pode se ramificar em vários tipos de projeto de lei, certo?

Então, vamos seguir juntos:

Se o redator quer dizer que o deputado redigiu, entre vários projetos de lei, um que regulamenta a profissão de revisor de texto, a frase pode ficar como está, pois a oração adjetiva será restritiva, ou seja, vai restringir o termo “projeto de lei” para aquele que regulamenta a profissão de revisor de texto. Assim, há um grupo chamado “projeto de lei” com subgrupos. O subgrupo ao qual o autor se refere é o da regulamentação da profissão de revisor de texto.

Entretanto, se a intenção do redator era afirmar que o deputado foi autor de apenas um projeto de lei, o uso da vírgula se torna obrigatório, pois a oração adjetiva é explicativa e apenas fornece uma informação a mais ao termo “projeto de lei”. Trata-se de uma informação suplementar, pois o que importa de fato é a ideia de que o deputado é autor de UM só projeto de lei em sua carreira política, o tema desse projeto não é o foco da mensagem. Note a diferença:

Oração adjetiva restritiva

O deputado é autor de um projeto de lei que regulamenta a profissão de revisor de texto (e de outro que regulamenta o teletrabalho em empresas estatais).

Oração adjetiva explicativa

O deputado é autor de um (único) projeto de lei, que regulamenta a profissão de revisor de texto.

Segue outro caso:

A pessoa do servidor que antes desempenhara as funções correspondentes não pode sofrer as sanções dispostas no art. 1º daquela lei.

Veja que o pronome relativo se refere ao termo “servidor”. A informação contida na oração “A pessoa do servidor não pode sofrer as sanções dispostas no art. 1º daquela lei” estaria se referindo a todo o grupo de servidores se não houvesse uma oração adjetiva entremeada nesse período. No caso acima, a oração adjetiva “que antes desempenhara as funções correspondentes” está sem vírgulas porque pretende restringir o conceito genérico de servidor. O autor do texto não quer falar sobre o grupo inteiro de servidores, mas apenas sobre aquele subgrupo de servidores “que antes desempenhara as funções correspondentes”.

Note que a frase tem caráter de tese. O autor está se referindo ao subgrupo “servidor que antes desempenhara as funções correspondentes”, não a um membro específico desse subgrupo.

Agora, imagine que essa mesma frase está em um julgamento no qual o servidor José é réu e a defesa se atém a falar apenas sobre ele, particularizando o caso. O advogado narra tudo que aconteceu e faz sua afirmativa final se referindo a José. Então teríamos um exemplo assim:

José

A pessoa do servidor, que antes desempenhara as funções correspondentes, não pode sofrer as sanções dispostas no art. 1º daquela lei.

Veja que coloquei o nome “José” acima da palavra “servidor” porque o autor está falando apenas sobre José, não está falando sobre um grupo de pessoas. Provavelmente o autor usou “servidor” para evitar a repetição do nome “José” no texto. Mas o conceito da palavra “servidor” nesse caso está apenas englobando o José, por isso não tem como restringi-lo mais. Logo, também a oração adjetiva precisa estar entre vírgulas, só explicando que José, o servidor em questão, “antes desempenhara as funções correspondentes”.

A pontuação, com ou sem vírgulas, dependerá do tipo de mensagem que o autor quer passar. Somente ele pode definir isso e, justamente por essa relação direta entre pontuação e mensagem, o conhecimento das regras é fundamental.

E como você, leitor, vai perceber se o redator usou inadequadamente a pontuação? Fazendo um esforço **desnecessário**, por vezes em vão, para entender o texto e corrigi-lo mentalmente!!! ☹ Não é à toa que textos bem escritos são considerados fluidos. Eles o são porque o leitor, ainda que o tema seja complexo, não precisa fazer esforço para reconstruir linhas de raciocínio. Eles o são porque o autor conhece as armadilhas da língua e não permite que o leitor caia nelas. Portanto, quando você tiver dificuldade em compreender um texto de sua área de atuação profissional ou achá-lo enfadonho, não comece a se julgar incompetente ou ignorante, desconfie também da qualidade da escrita. Muitas vezes, inconscientemente o seu cérebro indica que há algo errado naquela forma peculiar de produção textual. ☺

A partir de agora, tente identificar se a mensagem que você pretende passar será adequadamente interpretada. Para isso, analise a pontuação, leia em voz alta, coloque-se no lugar no leitor. Afaste-se da posição de autor – o ideal é deixar a mente descansar por um ou dois dias daquela informação –, pois nem tudo que no momento da produção textual fez sentido em nossa mente foi de fato expresso na escrita.

## 3.3 Fixando o conhecimento

Sei que esta aula foi exaustiva para o seu cérebro e que talvez você não tenha percebido tão claramente a distinção entre as orações adjetivas. Para ajudar, vamos esquematizar alguns conceitos e fazer exercícios para fixar melhor o assunto, tudo bem?

|  |  |
| --- | --- |
| ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS | |
| Restritiva | **Explicativa** |
| Restringe um conceito mais genérico apresentado pelo termo ao qual a oração se refere.  Ex: “A conta que paguei está na mesa.”  Qualquer conta está em cima da mesa? Não, somente a que paguei. | Explica, oferece uma informação a mais, sobre o termo ao qual a oração se refere.  Ex: “A conta de luz, que paguei ontem, está na mesa.”  O conceito “conta de luz” já está restrito nesse caso. A oração adjetiva só explica que essa conta já foi paga. |
| Subdivide o conceito presente no termo ao qual a oração se refere.  Ex: A conta que eu paguei está em cima da mesa.  Cria-se um subgrupo “contas pagas” dentro do grupo “contas”. No caso, o falante se refere ao subgrupo e não ao grupo. Certamente existe uma outra conta que deveria ser paga. | Não subdivide o conceito presente no termo ao qual a oração se refere por ele já ser restrito.  Ex: A conta, que eu paguei, está em cima da mesa.  Não é criado um subgrupo, só existe UMA conta e ela foi paga pelo falante. |
| Não é separada por vírgulas da oração principal. | É separada por vírgulas da oração principal. |

Atento a esses detalhes, pratique um pouco mais com os exercícios de fixação que estão no ambiente virtual para seguirmos em frente.

1) Identifique e pontue adequadamente as orações adjetivas, justificando:

a) O Decreto 1.645 que foi promulgado em 1995 exclui dos benefícios coletivos de indulto e da comutação de pena “os condenados pelos crimes referidos na Lei 8.072/94 ainda que cometidos anteriormente a sua vigência”.

b) O pedido de arquivamento de inquérito policial, motivado pela ausência de elementos que permitam ao PGR formar a opinio delicti, não pode ser recusado pelo STF. (Pet 2.509 AgR, rel. min. Celso de Mello)

c) A norma do art. 47 da LCP aplica-se tanto ao profissional não inscrito nos quadros da OAB quanto ao profissional que se encontra suspenso ou impedido.

2) Analise a mudança de sentido para o texto de acordo com a ausêcia ou presença de vírgulas separando a oração adjetiva:

a) Assim, no segundo momento (...), descrecreu-se a conduta de o paciente haver se recusado (...) a atender a vítima **que já apresentava sérios problemas de saúde** (...) (HC 92.304, rel min. Ellen Gracie)

Sem vírgula:

Com vírgula:

b) Considerando que a fuga do paciente “**que se encontrava em regime semiaberto**” é considerada falta disciplinar de natureza grave (art. 50, II, da Lei 7.210/1984), não há mais sentido na discussão do mérito acerca da progressão (...). (HC 101.818, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 18-5-2010, Primeira Turma, *DJE* de 25-6-2010)

Sem vírgula:

Com vírgula:

c) Satisfeitos os requisitos previstos no Decreto Presidencial **que regulamenta a concessão de indulto e comutação de penas**, não pode o Poder Judiciário levar em consideração outros aspectos ou fazer exigências nele não estabelecidas para negar o benefício. (HC 114.664, rel. min. Teori Zavascki, julgamento em 5-5-2015, Segunda Turma, *DJE* de 20-5-2015.)

Sem vígula:

Com vírgula:

Reposta:

1)

a) O Decreto 1.645, que foi promulgado em 1995, exclui dos benefícios coletivos de indulto e da comutação de pena “os condenados pelos crimes referidos na Lei 8.072/94 ainda que cometidos anteriormente a sua vigência”.

Justificativa: Só existe um decreto 1.645, portanto não há como restringir mais esse termo. A oração adjetiva só pode ser explicativa e deve estar entre vírgulas.

b) O pedido de arquivamento de inquérito policial, motivado pela ausência de elementos que permitam ao PGR formar a *opinio delicti*, não pode ser recusado pelo STF. (Pet 2.509 AgR, rel. min. Celso de Mello)

Justificativa: pode haver vários tipos de elementos. A oração adjetiva está restringindo esse conceito amplo para apenas elementos que permitam ao PGR formar a *opinio delicti*. Não deve estar entre vírgulas porque a oração é restritiva.

c) A norma do art. 47 da LCP aplica-se tanto ao profissional não inscrito nos quadros da OAB quanto ao profissional que se encontra suspenso ou impedido.

Justificativa: há vários tipos de profissionais da área de direito. A oração adjetiva está restringindo o termo para aquele que se encontra suspenso ou impedido. É, portanto, restritiva e, por isso, não deve estar entre vírgulas.

Na próxima aula, analisaremos o uso do pronome relativo, uma pedrinha nos sapatos dos leitores mais atentos.

Até lá!